

## **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 03/2017**

Tornamos público, para conhecimento dos interessados, que acha-se aberto, o **Edital de Chamada Pública 03/2017**, que objetiva o **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS**, regido pela Lei Federal Nº: 8.666/93 e demais legislações expressa no item 3, deste Edital.

### **1 - DO OBJETO**

1.1. A presente licitação visa a escolha da melhor proposta, nos termos do item 7 deste Edital, objetivando o **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS**, nos moldes do descrito no “Anexo E e F” ao presente Instrumento Convocatório.

### **3 - DO SUPORTE LEGAL**

3.1. Este Edital de Chamamento é regulado pelos seguintes dispositivos legais:

- 3.1.1. Constituição Federal;
- 3.1.2. Lei Orgânica Municipal;
- 3.1.3. Lei Federal Nº: 8.666/93 e posteriores alterações (artigo 25);
- 3.1.4. Decreto nº 21.981 / 32;
- 3.1.5. Decreto nº 22.427, de 1º de fevereiro de 1933;
- 3.1.6. Instrução Normativa nº 83 / 99 do Departamento Nacional do Registro do Comércio (DNRC);
- 3.1.7. Lei nº 13.105 / 2015;
- 3.1.8. Lei 5.869 /1973;
- 3.1.9. Demais disposições legais aplicáveis, inclusive, os princípios gerais de Direito.

### **4 - DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES E DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO**

4.1. A Prefeitura fornecerá, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, cópia deste Edital com seus elementos técnicos constitutivos, no horário das 09:00 às 16:00 horas.

4.1.1. O Edital com seus elementos técnicos constitutivos também estarão disponíveis no site [www.santagertrudes.sp.gov.br](http://www.santagertrudes.sp.gov.br).

4.2. Em caso de não solicitação pelos proponentes, de esclarecimento e informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, o direito a qualquer reclamação.

4.3. Não será permitida a participação de empresas:

4.3.1. Declaradas inidôneas, suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com o poder público em quaisquer de suas esferas, **salvo Súmula 51 do TCE**;

4.3.2. Que estejam em processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial;

4.3.3. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público ou dirigente deste Município, nos moldes do artigo 9º, da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações;

4.3.4. Com inscrição de Leiloeiro Oficial suspensa na Junta Comercial do Estado respectivo.

4.4. O Leiloeiro Oficial credenciado não poderá, em hipótese alguma, arrematar qualquer bem do leilão.

## **5 - DOS PRAZOS - DOS DOCUMENTOS**

5.1. As empresas interessadas poderão inscrever-se para o Credenciamento a partir da publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Estado, mural de avisos da Prefeitura, jornais de grande circulação e no site do Município de Santa Gertrudes – [www.santagertrudes.sp.gov.br](http://www.santagertrudes.sp.gov.br).

5.2. Considerar-se-ão credenciadas as empresas que apresentarem os documentos enumerados no item 5.4.2. deste instrumento.

5.3. Os interessados poderão solicitar inscrição no Credenciamento no período de **25/09/2017 à 16/10/2017**.

5.3.1. As inscrições serão analisadas após o término do prazo estabelecido no item 5.3, e, não será dado novo prazo para entrega de documentos faltantes, salvo disposições legais que tratam do assunto.

5.3.2. Haverá rodízio das empresas que se cadastrarem para a realização dos serviços, **pela ordem de apresentação do envelope contendo os documentos de habilitação.**

5.4. Os interessados deverão entregar no serviço de protocolo da Prefeitura, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, **no horário das 09:00 as 16:00 horas, dentro do período descrito no item 5.3.,** a documentação correspondente a sua participação, em envelope **opaco, indevassável e fechado**, contendo em sua parte externa o nome da empresa proponente e seu endereço, bem como o número do presente Edital de Chamamento, a saber:

### 5.4.1. Envelope de Documentos:

Prefeitura do Município de Santa Gertrudes;  
Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP;  
Envelope de Documentos;  
Edital de Chamamento Público 03/2017;

Dados do Participante:  
Razão Social:  
Endereço Completo:  
Telefone:  
CNPJ:

### 5.4.2. Conteúdo do Envelope de Documentos:

5.4.2.1. Os documentos exigidos no envelope, quando o interessado for pessoa jurídica são:

5.4.2.1.1. Habilitação jurídica, fiscal e trabalhista:

5.4.2.1.1.1. Cópia da cédula de identidade;

5.4.2.1.1.2. Certidão atualizada da matrícula na Junta Comercial do Estado, com data de expedição de no máximo 90(noventa) dias;

5.4.2.1.1.3. Cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

5.4.2.1.1.4. Certidões emitidas pelas Justças Federal e Estadual do domicílio do leiloeiro acerca de distribuição de ações cíveis e criminais;

5.4.2.1.1.5. A Fazenda Federal (consistindo em certidão negativa de tributos e contribuições federais, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, ou, Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União) ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)), JUNTAMENTE COM A SEGURIDADE SOCIAL, conforme Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014, Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));

5.4.2.1.1.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, com validade em vigor, nos moldes do que estabelece a Lei Federal 12.440/2011, de 07 de julho de 2011 ([www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br));

5.4.2.1.1.7. Certidão de quitação com as obrigações eleitorais;

5.4.2.1.1.8. Certificado de Regularidade – CRF perante os recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com validade em vigor, fornecido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei ([www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br));

5.4.2.1.1.9. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e/ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias;

5.4.2.1.1.10. As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa;

5.4.2.1.1.10.1. Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a certidão em que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança;

5.4.2.1.3. Habilitação Técnica:

5.4.2.1.3.1. Apresentar pelo menos 01(um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, comprovando satisfatoriamente a prestação dos serviços objeto desta licitação;

5.4.2.1.3.2. Termo de Compromisso (Anexo B);

5.4.2.1.3.3. Declaração de infraestrutura (Anexo C);

5.4.2.1.4. Declarações:

5.4.2.1.4.1. Anexo A – Requerimento para Credenciamento;

5.4.2.1.4.2. Anexo D - Formulário de Dados Cadastrais e Declarações;

5.5. Será realizada a habilitação / inabilitação dos interessados, e a relação dos proponentes habilitados será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE);

5.6. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o credenciamento do inscrito que deixar de satisfazer as exigências estabelecidas para o credenciamento;

#### 5.7. Notas explicativas importantes:

5.7.1. Os documentos para o credenciamento poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia preferencialmente autenticada por tabelião de notas, por servidor da Prefeitura ou através de publicação na Imprensa Oficial.

5.7.2. Em todas as hipóteses referidas neste item, não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazo de validade vencido;

5.7.3. Documentos em que não estiver expresso o prazo de validade, considerar-se-ão válidos por 90(noventa) dias, contados de sua expedição.

### 6 - DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:

6.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data final fixada para a entrega dos documentos, cabendo a Comissão decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (0xx19) 3545-8000.

6.2. As petições deverão ser encaminhadas **por escrito e assinadas**, ao Setor de Protocolo da Prefeitura, a Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, das 09:00 as 17:00 horas., através do e-mail: [protocolo@santagertrudes.sp.gov.br](mailto:protocolo@santagertrudes.sp.gov.br) ou pelo fax (19) 35458000.

6.3. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas, vencidos os respectivos prazos legais.

6.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

6.5. Em caso de alteração no texto do Edital e de seus anexos, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.

6.6. Cópias e vistas ao processo licitatório, deverão ser solicitadas **por escrito e assinadas**, ao Setor de Protocolo da Prefeitura, a Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, das 09:00 as 17:00 horas, através do e-mail: [protocolo@santagertrudes.sp.gov.br](mailto:protocolo@santagertrudes.sp.gov.br) ou pelo fax (19) 35458000.

**6.6.1. Será designada uma data, a partir do protocolo, para que o interessado retire as cópias solicitadas ou tenha vistas ao processo.**

### 7 - DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. A licitante que quiser recorrer deverá manifestar motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, a correr a partir da publicação da habilitação / inabilitação das proponentes, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.2. Interposto o recurso, a Comissão de Licitações poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

7.3. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do credenciamento aos habilitados e homologará o procedimento.

7.4. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5. Nos eventuais recursos, a recorrente deverá protocolar documento **escrito e assinado** junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura, a Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, das 9:00 as 16:00 horas.

7.5.1. Os recursos poderão ser encaminhados por e-mail ([protocolo@santagertrudes.sp.gov.br](mailto:protocolo@santagertrudes.sp.gov.br)) ou fax: (19) 35458000.

**7.5.1.1. A PREFEITURA NÃO SE RESPONSABILIZA POR PROBLEMAS COM O ENVIO DOS DOCUMENTOS DESCRITOS NO ITEM 7.5.1.**

## **8 – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO**

8.1. O valor da comissão do Leiloeiro Oficial, a ser pago pelos arrematantes, corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor de venda dos bens arrematados (conforme Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427, de 1º de fevereiro de 1933, que regulamenta a profissão de Leiloeiro Oficial), ou seja, o arrematante pagará o valor do bem arrematado mais 5% (cinco por cento) desse valor ao Leiloeiro Oficial.

## **9 - DO CONTRATO**

9.1. As credenciadas, após o prazo estabelecido no item 5.3., e prazos de recurso, serão notificadas para num prazo de 05 (cinco) dias corridos, assinar o termo de contrato, aceitar ou, no mesmo prazo, retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

9.1.1. A recusa injustificada da(s) credenciada(s) em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitará à mesma as penalidades estabelecidas neste Edital.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Prefeitura.

9.3. É facultado à Prefeitura, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, revogar o credenciamento, independentemente da cominação prevista no artigo 81, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

9.4. Decorridos 60 (sessenta) dias da data final para a entrega dos documentos para o credenciamento, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9.5. Obrigações da CONTRATADA:

#### 9.5.1. As obrigações do leiloeiro são as constantes deste Edital e seus

anexos, além das previstas no Decreto Federal nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, e na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Novo Código de Processo Civil), no que for aplicável, especialmente o disposto no art. 880, dentre as quais:

9.5.1.1. Realizar os leilões de acordo com expressa determinação da Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes / SP, em datas apazadas, divulgando-se os respectivos editais, **sendo que o prazo mínimo que o edital de leilão deverá ficar aberto é de 20 (vinte) dias;**

9.5.1.2. Divulgar o leilão em endereço eletrônico e confeccionar material publicitário impresso sobre o leilão, sob forma de cartilha, livreto, folheto, etc., identificando sempre a melhor forma de publicidade de acordo com a natureza do bem ofertado e os possíveis interessados em adquiri-los, além de divulgar o leilão, pelo menos por uma vez, em jornal de circulação estadual, em jornal de circulação local e no Diário Oficial do Estado (DOE)), fazendo constar, na divulgação do evento na Internet e no material impresso, a descrição dos bens ofertados, informações sobre o leilão, telefones para contato e demais esclarecimentos que se fizerem necessários;

9.5.1.3. Tornar conhecidas, quando da publicidade dos eventos, as condições das vendas, formas de pagamento, entrega dos bens, estado, qualidade e quantidade;

9.5.1.4. Ouvida a Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes / SP, elaborar a minuta de edital, fazendo constar a descrição dos bens, o lugar onde se encontram os bens móveis, veículos e materiais inservíveis;

9.5.1.5. Guardar sigilo das informações que lhe serão repassadas para a realização do leilão e responsabilizar-se perante a Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes / SP pela indenização de eventuais danos decorrentes da quebra de sigilo dessas informações ou pelo seu uso indevido;

9.5.1.6. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar à Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes / SP ou a terceiros, ainda que culposos, decorrente da sua atividade, devendo adotar as providências saneadoras de forma imediata;

9.5.1.7. Disponibilizar recursos humanos para fins da execução da sua atividade, devidamente identificados através de crachá;

9.5.1.8. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução do leilão;

9.5.1.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando do credenciamento.

9.5.1.10. Todas as despesas incorridas na execução do leilão de que trata este Edital, sejam de que natureza forem, correrão a sua conta exclusiva, inclusive nos casos de suspensão, revogação ou anulação do leilão, por decisão judicial ou administrativa, não cabendo à Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes/SP nenhuma responsabilização por tais despesas

#### 9.6. Obrigações da CONTRATANTE:

9.6.1. Assegurar o livre acesso ao Leiloeiro e seus empregados, quando devidamente identificados, aos locais onde estão dispostos os bens e materiais inservíveis;

9.6.2. Prestar todas as informações e esclarecimentos que o credenciado e seus empregados encarregados da execução do leilão venham a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;

9.6.3. Articular, sempre que possível e em conjunto com a Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes / SP, cronograma de leilões;

#### 9.7. DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

9.7.1. Este contrato será rescindido total ou parcialmente pela PREFEITURA, de pleno direito, em qualquer tempo, isento de qualquer ônus ou responsabilidade,

independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial, sem que à PERMISSIONÁRIA, assista o direito a qualquer indenização, se esta:

9.7.1.1. Falir, entrar em concordata, tiver a sua empresa dissolvida ou deixar de existir;

9.7.1.2. Transferir, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia autorização da PREFEITURA;

9.7.1.3. Paralisar os serviços durante um período de 10 (dez) dias consecutivos;

9.7.1.4. Sem justa causa (a critério da PREFEITURA), suspender a prestação dos serviços;

9.7.1.5. Agir com dolo ou culpa ou mediante simulação ou fraude na execução do contrato.

9.7.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da PREFEITURA, em caso de rescisão administrativa, de acordo com o disposto no artigo 80, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

9.7.3. O descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações previstas neste Edital, no Termo de Compromisso de Leiloeiro e no Decreto nº 21.981, de 1932, relativamente à prestação das atividades objeto deste Edital;

9.7.4. O cometimento de faltas ou falhas na execução dos serviços como negligência, imprudência e imperícia na condução dos processos de leilão;

9.7.5. A divulgação, pelo credenciado, de informações do interesse exclusivo da Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes /SP, obtidas em decorrência do Credenciamento;

9.7.6. A constatação superveniente do descumprimento de qualquer das situações previstas no Anexo F (Termo de Referência) deste Edital.

9.7.7. No ato do cancelamento, o credenciado prestará contas de toda a documentação que lhe foi confiada, fazendo a entrega dos respectivos dossiês, devidamente protocolados na Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes /SP e transferirá os valores ainda pendentes de repasse decorrentes de leilões realizados.

9.7.8. A Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes /SP não se responsabiliza pelo pagamento de nenhum crédito superveniente ao cancelamento do credenciamento.

9.7.9. Também será cancelado o credenciamento do Leiloeiro a pedido, desde que não possua atividade pendente de conclusão.

## **10 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

10.1. O contrato a ser firmado terá vigência de até **12(doze) meses corridos**, contados da data da sua celebração, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do Art. 57, II, da Lei nº. 8.666/93.

10.1.1. Em caso de prorrogação contratual fica prorrogado automaticamente o Termo de Compromisso (Anexo B).

## **11 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. O credenciado ficará sujeito as seguintes penalidades, por inobservância as condições estabelecidas neste Edital e no Contrato de Chamamento:

11.1.1. Advertência escrita com prazo para sanar a pendência;

11.1.2. Aplicação de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), dobrada em caso de reincidência;

11.1.3. Sanções previstas na Lei 8.666/93.

## 12 – DOS ANEXOS

12.1. Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

- 12.1.1. Anexo A – Pedido de Credenciamento;
- 12.1.2. Anexo B – Termo de Compromisso do Leiloeiro;
- 12.1.3. Anexo C – Declaração de Infraestrutura;
- 12.1.4. Anexo D – Formulário de Dados Cadastrais e Declarações;
- 12.1.5. Anexo E – Minuta do Contrato;
- 12.1.6. Anexo F – Termo de Referência.

## 14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

14.1. Poderão participar deste Edital de Chamada Pública as pessoas jurídicas devidamente constituídas e enquadradas no ramo pertinente.

14.2. A Prefeitura poderá solicitar, de qualquer interessado, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e entendimento da documentação apresentada.

14.3. A Prefeitura poderá revogar este Edital por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, podendo também, anulá-lo, sem que caiba aos interessados o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação, quando for o caso.

14.5. Pela elaboração e apresentação da documentação, os interessados não terão direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

14.6. É expressamente vedada a transferência do credenciamento para terceiros sem a prévia e escrita autorização da Prefeitura.

14.7. A Prefeitura poderá, através de comunicação escrita e por prazo nunca inferior a 90 (noventa) dias, retomar, sem indenização de qualquer espécie, o referido credenciamento, desde que o mesmo esteja sendo explorado em desconformidade com o estipulado por este Edital, bem como se o mesmo se revelar insuficiente para o atendimento dos usuários, ou, ainda, se deixar de atender ao interesse público.

14.8. Não havendo mais interesse do credenciado em explorar o objeto do chamamento, o mesmo deverá comunicar a Prefeitura com antecedência, estabelecendo um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para o encerramento das atividades.

14.9. As dúvidas surgidas na aplicação no presente Instrumento Convocatório, bem como os casos omissos, gestão do chamamento e contrato serão resolvidos pelo Diretor de Transportes - Valdemar de Souza Oliveira e Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos – Paulo Fernando de Mello Dikerts Filho.

14.10. Fica eleito o Foro desta Comarca de Rio Claro/SP para solução em primeira instância, de quaisquer questões suscitadas na execução deste contrato não resolvidas administrativamente.

14.11. Para conhecimento do público, expede-se o presente Edital de Chamamento, que será afixado no mural de avisos da Prefeitura, e seu extrato será publicado na imprensa oficial e regional.

14.12. A CONTRATADA assume a exclusiva responsabilidade pelo pagamento de salários, encargos trabalhistas e previdenciários advindos da legislação vigente, sendo que o pessoal por ela designado para trabalhar na execução do objeto deste contrato de permissionamento, não terá vínculo empregatício algum com a PREFEITURA.

14.13. É expressamente vedada a transferência **TOTAL OU PARCIAL** do credenciamento.



14.14. Os serviços referentes ao objeto deste Edital, só poderão ser efetuados pela empresa que efetivamente se credenciou nesse processo, não podendo transferir esta incumbência a outras empresas, mesmo que essas empresas façam parte do grupo societário.

14.15. A CONTRATADA assume total responsabilidade pela execução integral deste contrato, sem direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos quer decorrentes de erro ou omissão de sua parte.

Santa Gertrudes/SP, 22 de setembro de 2017.

**Rogério Pascon**  
**Prefeito Municipal**